

OS ESPAÇOS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS: QUALIFICANDO OS METROS QUADRADOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SORDI, Mara Regina Lemes (1); MERLIN, José Roberto (2)

(1) Professora, Dr. (Faculdade de Educação da Unicamp e Centro de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-Campinas maradesordi@uol.com.br)

(2) Arquiteto, Dr. (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Puc-Campinas jrmerlin@uol.com.br)

Resumo

Examina-se a questão do planejamento dos espaços educativos universitários refletindo sobre a pouca importância atribuída aos seus efeitos no campo curricular. Concepções de educação condizentes com um projeto pedagógico emancipatório exigem espaços educativos que ultrapassem a sala de aula convencional e recuperem as relações da universidade com o entorno social. Recomenda-se que o exercício de planejamento dos espaços seja interdisciplinar podendo o arquiteto assumir seu papel de educador ativo junto aos demais profissionais ajudando a projetar uma imagem de futuro em que os espaços educativos possibilitem aprendizagens cooperativas comprometidas com a formação cidadã.

Abstract

Examine a planning of the superior education space reflects the low importance of its effects on the curricular fields. The education on the view of an emancipated pedagogic project demands an education space beyond the conventional classroom, recovering the university social relation. Regards the interdisciplinary planning space with the architect like an active educator together with others professionals, helping to project a future image where the education space allows cooperative learning under obligation with a citizen construction.

1. Introdução

Quando se fala em Projeto Político Pedagógico (PPP) uma das dimensões que menos têm despertado a atenção dos educadores refere-se aos espaços que possibilitam que o projeto de formação viceje. Tanto salas de aulas como corredores, cantinas, estacionamentos, escadas, áreas de convivência, salas de professores expressam algo sobre a qualidade do projeto institucional. Basta que superemos nosso analfabetismo na leitura desses espaços, preenchendo seus vazios com indagações que permitam entrever o que sua arquitetura expõe e o que encobre.

O ato de planejar uma mudança no ensino de graduação capaz de responder aos desafios de uma sociedade submetida a mudanças aceleradas nos remete a refletir sobre a concepção de qualidade na educação superior que se quer construir e para quem esta qualidade deve fazer sentido. Em tempos mercadológicos, em geral vence a formação utilitarista produzida em espaços físicos igualmente cerceadores e convencionais.

Surpreende-nos o comprometimento institucional com a melhoria das condições de oferta dos seus cursos, não sendo incomum um forte investimento na ampliação de suas instalações físicas. Em nome de uma legítima necessidade de otimização dos espaços que interferem com a qualidade do ensino de graduação corre-se o risco de se descuidar de uma avaliação mais criteriosa do que deve comportar um espaço para ser reconhecido em sua especificidade educativa. Quem se beneficia quando os espaços são concebidos subestimando a especificidade do espaço escolar?

Esse estudo pretende examinar a questão dos espaços universitários assumindo sua importância no projeto pedagógico. Pretende problematizar o seu forte componente informativo do verdadeiro projeto institucional e verificar que concepção de universidade é reafirmada quando se planejam os espaços em que ocorrerão os processos educacionais e o quanto estas decisões, aparentemente técnicas, confirmam ou não, projetos pedagógicos sintonizados com a formação humana, reagindo ao viés mercadológico.

Trata-se de proceder a um exame multifacetado da situação (espaços) mantendo a coerência das categorias de análise (concepções de universidade, educação, vida universitária) frente aos objetivos ambicionados (formação acadêmica e/ou formação profissional) com clareza das conseqüências dos caminhos tomados (conflito entre educar /instruir).

Até que ponto as formas espaciais existentes ou arquitetadas constroem e desaceleram a implementação de projetos educativos inovadores que adotam dinâmicas curriculares integrativas e mais ligadas à realidade?

Os espaços educativos formais não devem obstaculizar a formação que se auto-intitula transformadora e contemporânea. Um projeto pedagógico não se encerra na sala de aula. Rompe com essa artificialidade que tem gerado tanto desinteresse nos estudantes. Uma formação acadêmica de qualidade precisa interagir com as grandes questões sociais e para tal o alargamento do conceito aula é inadiável. A universidade precisa conversar com seu entorno, comprometer-se com a transformação qualitativa das condições de vida das pessoas. Em que tempos e espaços ocorrerá a sensibilização dos estudantes para seu papel social se não tomarmos a própria realidade como eixo articulador das experiências educativas?

Para responder ao objetivo de examinar a natureza dos espaços existentes nas instituições de ensino e refletir sobre seus impactos visíveis e invisíveis nos projetos pedagógicos à luz de uma determinada visão de universidade e de vida universitária, dividimos esse ensaio em duas partes:

- Aprendendo a ler a arquitetura dos espaços educacionais
- Efeitos educativos dos espaços no projeto pedagógico e na função social da universidade

2. Aprendendo a ler a arquitetura dos espaços educacionais

Chega a ser constrangedor constatar a displicência com que se tratam os espaços quando se pensa em educação. Sua inserção como elemento constitutivo do PPP é subestimada quer pelos gestores como pelos educadores. Ambos encontram severas dificuldades para demandar junto aos profissionais da área as condições necessárias para que o processo educativo possa se realizar a contento na direção sinalizada pelo projeto formativo.

Por outro lado, os planejadores dos espaços educativos encontram dificuldades em demonstrar sua sensibilidade para a função social do espaço que estão concebendo.

É bastante controversa a definição do espaço arquitetônico. Santos (1999) propôs uma definição de espaço que angaria simpatia dos arquitetos

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira, e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e do lugar; o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnoesfera e psicoesfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. (p.19)

O espaço traz implícitas questões sintáticas, semânticas e pragmáticas. O metro quadrado pragmático de “espaço físico”, tem uma gramática compositiva que **revela** a semântica cultural: as rugosidades que são cenários antigos – paisagem e objetos- e as formas-conteúdos que incluem a imaterialidade da estrutura social de cada tempo na sua análise. Os “fluxos” sócio-culturais se materializam em “fixos”, ou seja, espaços físicos que denunciam toda a organização das forças produtivas e o desenvolvimento tecnológico e estético de determinada organização social.

Sendo conjunto indissociável de objetos e ações, o espaço ultrapassa os limites da materialidade, desestruturando o viciado conceito de “espaço físico”, usual medida quantitativa na linguagem de desatentos educadores.

Se quisermos uma educação realmente inovadora, mister se faz uma guinada no nosso olhar, para perceber o espaço como síntese de inúmeras variáveis, especialmente na pedagogia que lhe é implícita como produto social, objetivando desvendar a empiria dos objetos que conformam o cenário concreto em que atuamos com ações articuladas por intenções contidas no projeto pedagógico.

O espaço é percebido por todos os órgãos dos sentidos em diferentes intensidades e interfere em todos eles. É um ato inteligente aproveitar essas características humanas e ajudar a desenvolver a percepção. Pessoas que vivem em espaços mais complexos tendem a ampliar estímulos nos seus órgãos dos sentidos e emular seus cérebros mais que àquelas que convivem em espaços não estimulantes. Vejamos:

- espaço incita a visão através de distintas luminosidades, realçando formas e volumes que levam tanto à orientação espacial como à contemplação para fruição estética;
- espaço estimula os ouvidos pois trata das zonas de barulho e silêncio, que podem estimular ou atrapalhar.
- espaço pode estimular o olfato, tanto ao organizar na linha do vento perfumados arbustos, como promover sensações olfativas desagradáveis.

Quais as sensações que os espaços existentes nas chamadas instituições de ensino provocam nos estudantes, docentes e funcionários? Pode o espaço contribuir para que a vida universitária possa ser desfrutada e gerar desejos de encontros coletivos, o aprendizado cooperativo, o exercício do pensar interdisciplinar ?

Inúmeras normas dispõem sobre a relação “aluno por metro quadrado”, relação área de sala de aula por área de galpão, formato retangular da sala de aula, etc...Convém aqui elucidar que tais normativas trazem no bojo concepções de ensino nem sempre explicitado, senão vejamos:

- iluminação unilateral esquerda, pressupõe que todos os alunos sejam destros para que a luz venha da esquerda sem sombra e exclui os canhotos ou força-os a escrever com a mão direita;
- tal exigência lumínica pressupõe alunos enfileirados olhando para a frente (quadro negro) onde um professor fala da matéria a ser “tomada” posteriormente pela prova e todos os destros e obedientes alunos, prestam atenção;
- esse específico “espaço físico” preconiza a relação aluno ouvinte versus professor falante, diminuindo a relação aluno-aluno e outras formas relacionais na sala de aula.

Por outro lado:

- se tivéssemos iluminação zenital uniformemente distribuída premiaríamos destros e canhotos podendo suportar qualquer organização física das carteiras, como círculos, etc;
- se tivéssemos paredes-lousas qualquer organização seria viabilizada, polifuncionalizando seu uso extrapolando o mero registro da matéria, além de facilitar comparações entre exposições de diferentes grupos; e
- se as iluminações fossem flexíveis e controláveis permitiriam um sem número de organizações e audio-visuais.

Os exemplos citados nos conduzem a buscar no espaço maior flexibilidade de ações e práticas educativas, democratizando o processo de ensino a todos os alunos, na medida que não se priorizam gestos ou tendências dominantes, o que amplia a possibilidade de que o discurso pedagógico emancipatório encontre nos espaços um aliado.

Hoje, sabe-se que algumas lojas de *fast-food* usam a cor para facilitar o processo de digestão e não fazer de um cliente, que se pretende rápido, um sedentário da mesa de refeição. Quando será que nossas escolas cuidarão de seus espaços com procedimentos que levem o aluno a gostar da vivência escolar favorecida pelas condições ambientais que convidam a ficar dentro e fora da classe. Assim, todo e qualquer espaço das escolas pode e deve ser explorado como espaço educativo confirmando uma concepção alargada de currículo.

O desenho de nossas universidades leva à fragmentação e os educadores parecem não perceber que o espaço é suporte para diferentes tipos de organização social como nos mostra a história.

Na verdade cada civilização tem uma grande questão característica e ela nos remete aos monumentos arquitetônicos. Assim os egípcios nos legaram as pirâmides, fruto de uma arquitetura sepulcral formulada pelos faraós para transposição da vida terrena para a espiritual; os gregos nos legaram a acrópole, produto de uma democracia de elite pensante baseada no escravismo; os romanos nos ofereceram o Coliseu e as Termas quando o grande objetivo era o cultivo do esporte e do corpo; da mesma forma conhecemos as cidades introvertidas e muradas da Idade Média; as cidades barrocas com seus eixos e igrejas verticalizadas clamando e apontando para o céu; e as cidades modernas com grandes praças, parques e avenidas tentando organizar o caos. Brasília, nossa capital, festeja a república ao construir a Praça dos Três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário - onde no grande vazio o povo poderia se concentrar e exigir seus direitos, fiscalizando os que, momentaneamente, ocupam cargos políticos na administração do Brasil.

Claro está que o significado dos espaços depende do uso que se faz deles e isso também contém marcas históricas, marcas de interesses políticos, econômicos.

Isso nos remete a pensar se os espaços universitários tal como estão sendo produzidos, como metros quadrados de construção a ser rapidamente concluídos para atender às demandas da 'clientela', podem igualmente revelar sua desumanização. A visão utilitarista da especificidade dos espaços nas instituições de ensino pode induzir ao esquecimento (involuntário?) de que o espaço abriga responsabilidades que transcendem a mera instrução de conteúdos pondo a perder o verdadeiro sentido de uma vida universitária que é de colocar em questão os grandes problemas que afetam a sociedade local/global desenvolvendo nos estudantes-cidadãos seu sentimento de responsabilidade com o mundo e a superação das desigualdades sociais que envergonham a humanidade.

Uma grande praça de encontro onde fervilhasse a vida, não seria essa uma grande contribuição à formação acadêmica? Por que o desenho das universidades parece mais propício à contemplação individualizada do que à coletiva?

Não seria interessante que todos os atores da universidade pudessem se encontrar e debater as questões mais candentes de nossa sociedade? Vale acrescentar que existem encontros que levam a compromissos e encontros meramente físicos onde nada há em comum nas relações interpessoais. Valeria a pena pensar em possibilidades, dentro do projeto pedagógico, de encontros que levem a compromissos de vida tendo em conta o aprimoramento social. O espaço arquitetônico do campus se não conseguir incitar ao encontro comprometido, pelo menos não deve obstá-lo, gerando fragmentos tão dispersos que impossibilitam definitivamente a união entre os universitários em si, e deles com a comunidade.

A qualidade do espaço arquitetônico poderia auxiliar na disseminação do conhecimento, pois em torno dele gravitam questões intelectivas e intuitivas.

Se a arquitetura traz em si informações específicas, sua brevidade conceitual pode estar imbricada a preceitos artísticos, outra forma de conhecimento. A arquitetura como linguagem não verbal, ligadas aos materiais e proporções, é uma forma de artefato artístico, podendo causar sensações de "estranhamento" próprios dos campos da arte.

Nesse sentido o espaço deixa de ser "espaço físico", algo inerte e sem importância e passa a ser espaço vivo e flexível, componente fundante de uma educação flexível, contemporânea e criadora.

Ao pensar no "espaço físico" lembremos que o conceito de espaço deve revelar a materialidade e explicitar a imaterialidade fruto da cultura como um todo. Deve-se lembrar da origem do conceito escola – que prioriza a troca de conhecimentos - um homem experiente ensinando sob a sombra da frondosa árvore - ao invés de um amontoado de armários, corredores e salas de aulas de aulas, onde os alunos somam créditos e se movimentam mecanicamente sem intenção de encontro social como sentido civilizatório. Não refletindo o espírito do homem sob a árvore:

“Nossos gigantescos sistemas educacionais, atualmente sob a forma de instituições, tiveram sua origem nessas pequenas escolas, mas o espírito que lhes animou o princípio foi esquecido. As salas exigidas pelos nossos estabelecimentos para o aprendizado são estereotipadas e pouco inspiradoras (Kahn, 1964 p.66)

Tais reflexões nos obrigam a temer uma vez mais a simplificação como os processos de planejamento e de avaliação dos espaços “físicos” podem empobrecer a questão da formação de nossos jovens. Há conseqüências claras nos projetos educativos, ligadas ao estreitamento da concepção de currículo. A educação fica confinada à sala de aula. Ou o que é pior. Aprende-se com o espaço existente pois temos que admitir que todos os espaços numa instituição de ensino são educativos. A pergunta que não deve calar é o que os espaços físicos universitários atuais ensinam por meio de suas formas padronizadas, por meio da diminuição dos espaços de convívio humano substituídos pela priorização dos estacionamentos e lojas de conveniência, por meio das estruturas pré-fabricadas que pretensamente devem ajudar a produzir os profissionais do futuro. Mas haverá futuro se não interrogarmos a serviço de quem se elaboram os PPP e que efeitos produzem na qualidade de vida das pessoas?

3. Efeitos educativos dos espaços no projeto pedagógico e na função social da universidade

Um consenso quando se fala de PPP refere-se ao caráter coletivo de sua produção. Produção compartilhada, co-operada desde a fase da concepção de seus pressupostos e assunção dos marcos referenciais e conceituais, caminhando na direção das decisões operacionais que dão corpo ao conjunto de valores para os quais se construiu acordo gerando a implementação e subsequente avaliação continuada do processo .

Um importante ponto de convergência no campo é que esse coletivo envolve múltiplos atores institucionais e sociais. Deriva daí a certeza de que o projeto não prescinde, depois de formalmente aprovado, do olhar e da crítica do coletivo para manter-se vivo e produtivo. Mas como manter o espírito do projeto vivo se as pessoas que o produziram não puderem se encontrar e, no encontro continuarem o processo de construção iniciado? Mas isso requer tempo e ousadia para criar e manter espaços públicos numa instituição social que tem sido planejada para funcionar como organização social, a chamada universidade operacional , regida pela lógica dos resultados tomados como sinônimo de eficiência ainda que questionáveis sob o ponto de vista da pertinência social que deveriam ter para produzir qualidade de vida para a sociedade.

A quem pertence a universidade hoje? Parece que as respostas convergem na direção do mercado. Para responder aos interesses mercadológicos, a ordem é avassalar a universidade. Toda sua dinâmica interna e externa é pensada sob a lógica eficientista. Os espaços públicos a serviço dos interesses privados.

Escolas empresas, arquitetura de encomenda. Prédios proliferam abrigando corpos expropriados do direito de pensar. Corpos induzidos pela fúria mercadológica a desejar certificados, que não abrigam conhecimentos socialmente relevantes. Conteúdos muito rapidamente expostos, pouco problematizados e medidos pelos exames para comprovar a eficácia dessa universidade operacional. Alunos circulam pelas dependências ditas educacionais que parecem se esquecer de que devem acolher pessoas. Circulam indiferentes umas às outras, procurando pelas salas de aula que ainda são reconhecidas como o melhor lugar (único?) para que o evento “aula” ocorra.

À semelhança dos espaços dos shoppings, alunos e professores devem circular, submetidos à ditadura dos relógios, deslocando-se sem tempo de parar, de se olhar e conversar, analisar ou discutir. Vida universitária que não existe e que portanto, empobrece seus processos de desenvolvimento humano e profissional.

Segundo Torres Santomé: “quando falamos de educação com modelos e metáforas mercantilistas, as dimensões sociais, éticas e políticas imediatamente passam para um lugar muito secundário, e, na maioria das ocasiões, nem são mencionadas como preocupações”(2003, p.237).

Nesse embate entre rol de bens privados /compromissos públicos derivados de uma formação crítica, as pessoas sofrem, tanto quando reproduzem a lógica dominante como quando tentam superá-la. Decididamente a forma de enfrentamento desse ‘sofrimento dual’ poderia ser

favorecido pela recuperação da capacidade de autoorganização. A auto organização como característica de um projeto educativo necessário para formar o cidadão capaz de produzir uma sociedade mais feliz e justa, é negada quando se olha a arquitetura dos espaços das instituições de ensino.

Pretensamente formadoras em seus espaços de sala de aula, as instituições de ensino revelam-se conformadoras nos espaços que as circundam e nas formas de se relacionar com o entorno social. A pobreza que ameaça invadir o espaço universitário é igualmente banida, refreada. Apartada fisicamente da miséria social, a universidade cada vez mais tende a se curvar aos interesses do setor produtivo. Evitar a usurpação dessa sua função social exige esforço coletivo. Espaços que abriguem essa reflexão, mobilizadora de reações. Mas para isso, os espaços coletivos precisariam existir. Mas a globalização cuidou de eliminá-los. Bauman mostra os sinais de degradação dos espaços públicos:

Por isso um território despojado de espaços públicos dá pouca chance para que as normas sejam debatidas e, para que os valores sejam confrontados e negociados. Os veredictos de certo e errado, belo e feio, adequado e inadequado, útil e inútil só podem ser decretados de cima, de regiões que jamais deverão ser penetradas senão por um olhar inquisitivo.(...) Não há espaço para os 'líderes de opinião locais'; não há espaços para a 'opinião local' enquanto tal (1999,p.33).

Formação profissional que não inclui compromisso com a sociedade não é formação. Mero esforço instrucional, incapaz de transformar a realidade social, exige por dever de coerência que se limpem os projetos pedagógicos de compromissos que não se propõem cumprir de fato. A banalização dos discursos pedagógicos de transformação precisa ser enfrentada. Desmascarada. A aula universitária ainda é a unidade padrão tomada para medir o quanto se ofereceu ao estudante de informações devidamente mediadas pela ação pedagógica do professor. Ali supostamente se aprende. O quê parece não ser tão importante. Deriva daí a indiferença frente aos espaços universitários.

A aceleração dos tempos e a compressão dos espaços tem servido para a superficialização das relações humanas, a busca frenética de fazer algo para preencher a falta de sentido da vida dita pós moderna. Cabe ressaltar, no entanto, que essa situação provoca reações. As pessoas mesmo constrangidas pelos espaços que lhes são oferecidos, reagem, atuam e retroatuam nas circunstâncias dadas. Segundo Mafessoli(1998) “para aquém e além das formas instituídas, que sempre existem e que às vezes são dominantes, existe uma centralidade subterrânea informal que assegura a perdurância da vida em sociedade”(p.5). Prosseguindo o autor afirma: Isto nos obriga a repensar a misteriosa relação que une o ‘lugar e o nós’pois ainda que isso irrite os mantenedores do saber institucional, a atribulada e imperfeita vida do dia a dia não deixa de produzir um verdadeiro *co-naissance* comum; Aquilo que Maquiavel sempre tão sutil, chamou de pensamento da ‘praça pública’ (p.208).

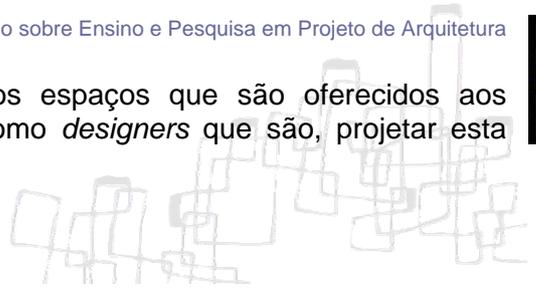
Essa resistência inadiável poderá ser favorecida pela recuperação dos espaços de encontro das pessoas, notadamente nos espaços universitários que de modo imperativo devem estar a serviço da emancipação humana, do desenvolvimento de sua capacidade de pensar .

4.Considerações finais

Parece que ao associarmos ao planejamento dos espaços universitários as questões de ordem política e ética que perpassam o problema, estaremos qualificando os metros quadrados que se oferecem aos estudantes e professores para que façam , conjuntamente, frutificar o projeto pedagógico formalmente existente. Assim , não há como fazer a leitura interpretativa dos espaços sem referenciá-la ao projeto pedagógico vigente. Isso nos obriga igualmente a demandar por nossa participação na definição dos espaços, verdadeiro exercício interdisciplinar objetivado pelo respeito aos fins educativos que se persegue.

Este compromisso com a qualificação dos espaços educativos reclama por um esforço de aproximação entre os gestores institucionais , os docentes e os arquitetos . Pela prática do diálogo interdisciplinar e horizontalizado seus diferentes olhares e vozes, experiências e saberes profissionais e tácitos se interfecundarão produzindo uma outra concepção de espaço. Espaço capaz de cumprir sua função educativa. Para tal, os arquitetos podem assumir ação protagônica. Basta que coloquem sua competência a serviço da produção de espaços que reconheçam que os homens aprendem uns com os outros em relação, mediados pelo mundo. E o mundo não cabe

numa sala de aula. Que se alarguem as fronteiras dos espaços que são oferecidos aos estudantes para que aprendam. Possam os arquitetos como *designers* que são, projetar esta imagem de futuro. A educação crítica agradece.



Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999
- DIAS SOBRINHO, J. Quase-mercado, quase-educação, quase-qualidade: tendências e tensões na educação superior **Avaliação**. Ano7 v.7,nº1, mar 2002
- KAHN, L. I. “Estrutura e Forma” in **Panorama da Arquitetura** Diversos Autores. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964. (impresso em S.Paulo)
- SANTOS, B.S. Para uma pedagogia do conflito in: Silva, L.H. et al (org) **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais** Porto Alegre:Sulina, 1996
- MAFESSOLI, M **O Tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1998
- SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. São Paulo:Hucitec, 1999
- SORDI, Mara R.L. A responsabilidade social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação : o confronto entre formar e instruir **Estudos Revista ABMES**, ano 23 nº 43 abr.2005, p 29-40
- TORRES SANTOME, J. **A educação em tempos de neoliberalismo** Porto Alegre:Artmed,2003